



**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO**  
Estado de Pernambuco

**LEI Nº 525, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.**

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município para o exercício financeiro de 2015.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO MORENO**, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais, consoante disposições do art. 165 da Constituição Federal e do art. 124, § 1º, inciso III, da Constituição do Estado de Pernambuco, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 27 de junho de 2008, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte projeto de lei:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**  
**Seção Única**  
**Das Disposições Preliminares**

Art. 1º. Esta Lei estima a Receita do Município para o exercício financeiro de 2015 no montante de R\$ 140.400.000,00 (cento e quarenta milhões e quatrocentos mil reais) fixa a Despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165 § 5º da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabeleceu as diretrizes orçamentárias para 2015:

I - o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo às entidades e órgãos da Administração direta e indireta, incluídos fundos, responsáveis pela saúde, previdência e assistência social.

**CAPÍTULO II**  
**DOS ORÇAMENTOS, FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Seção I**  
**Da Estimativa da Receita**

Art. 2º. A receita total estimada nos orçamentos fiscal e da seguridade social é de R\$ 140.400.000,00 (cento e quarenta milhões e quatrocentos mil reais), assim distribuída:

I - Orçamento Fiscal dos Poderes do Município: R\$ 106.268.000,00 (cento e seis milhões duzentos e sessenta e oito mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 34.132.000,00 (trinta e quatro milhões cento e trinta e dois mil reais), onde:

a) R\$ 20.160.000,00 (vinte milhões cento e sessenta mil reais) compreende receitas de saúde;



**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO**  
Estado de Pernambuco

b) R\$ 1.972.000,00 (um milhão novecentos e setenta e dois mil reais) refere-se as receitas de assistência social; e

c) R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) representa as receitas do Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 3º. A receita orçada será realizada mediante a arrecadação dos tributos e demais receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada no Anexo 01 da Lei Nº. 4.320/64, que integra e acompanha esta Lei, distribuída por categoria econômica e origem, sendo:

RECEITAS	VALOR (R\$)
<b>I - RECEITAS CORRENTES</b>	<b>113.490.000,00</b>
a) Receita Tributária	5.222.000,00
b) Receita de Contribuições	8.960.000,00
c) Receita Patrimonial	930.000,00
d) Transferências Correntes	88.758.000,00
e) Outras Receitas Correntes	9.620.000,00
<b>II - RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>22.910.000,00</b>
a) Operações de Crédito	100.000,00
b) Alienação de Bens	250.000,00
c) Transferências de Capital	22.560.000,00
<b>III - RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>4.000.000,00</b>
<b>IV – TOTAL DAS RECEITAS</b>	<b>140.400.000,00</b>

Art. 4º. As receitas estimadas no orçamento e discriminadas de forma consolidada no art. 3º estão detalhadas no Anexo 02, pela natureza, conforme estabelece a Lei Federal nº 4.320, de 1964.

**Seção II**  
**Da Fixação da Despesa**

Art. 5º. A Despesa total é fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no mesmo valor da Receita, discrimina por Função, Poderes e Órgãos, em R\$ 140.400.000,00 (cento e quarenta milhões e quatrocentos mil reais) e desdobrada, nos termos da LDO, em:

I - Orçamento Fiscal: R\$ 95.094.000,00 (noventa e cinco milhões e noventa e quatro mil reais);

II - Orçamento da Seguridade Social, no valor de R\$ 45.306.000,00 (quarenta e cinco milhões trezentos e seis mil reais), onde:

a) R\$ 28.848.000,00 (vinte e oito milhões oitocentos e quarenta e oito mil reais) compreende despesas com saúde;



**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO**  
Estado de Pernambuco

b) R\$ 4.458.000,00 (quatro milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil reais) são despesas com assistência social; e

c) R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) são despesas com o RPPS.

Parágrafo único. Do montante das despesas fixadas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do inciso II do art. 5º R\$ 11.174.000,00 (onze milhões cento e setenta e quatro mil reais) serão custeadas com recursos do Orçamento Fiscal, consoante art. 165, § 2º da Constituição Federal.

**Seção III**

**Da Distribuição da Despesa por Função, Órgãos e Categorias Econômicas.**

Art. 6º. A Despesa total, fixada por funções, subfunções, projetos, atividades e operações especiais dos Poderes e Órgãos, está discriminada nos Anexos 06 a 09, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e será realizada através dos Órgãos Orçamentários, mediante o Programa de Trabalho, assim discriminada por Função e Órgão com o seguinte desdobramento:

**I – DESPESA POR FUNÇÃO**

Nº	FUNÇÃO DE GOVERNO	VALOR (R\$)
1	Legislativa	3.575.000,00
2	Judiciária	369.000,00
4	Administração	17.842.250,00
6	Segurança Pública	1.368.000,00
8	Assistência Social	4.458.000,00
9	Previdência	9.360.000,00
10	Saúde	28.921.000,00
12	Educação	48.612.750,00
14	Direitos da Cidadania	84.000,00
15	Urbanismo	11.765.000,00
16	Habitação	585.000,00
17	Saneamento	2.895.000,00
18	Gestão Ambiental	2.209.000,00
20	Agricultura	155.000,00
22	Indústria	14.000,00
23	Comércio e Serviços	63.000,00
26	Transporte	171.000,00
27	Desporto e Lazer	823.000,00
28	Encargos Especiais	1.547.000,00
99	Reserva de Contingência	5.583.000,00
	<b>TOTAL DA DESPESA POR FUNÇÕES</b>	<b>140.400.000,00</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO**  
Estado de Pernambuco

II – DESPESAS POR ÓRGÃOS

<b>Nº</b>	<b>NOME DOS ÓRGÃOS ORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
20001	Câmara Municipal de Vereadores	3.575.000,00
2000	Gabinete do Prefeito	1.707.000,00
3000	Secretaria de Assuntos Jurídicos	569.000,00
4000	Secretaria de Finanças e Administração	11.586.250,00
5000	Secretaria de Planejamento e Gestão	2.022.000,00
6000	Secretaria de Governo e Articulação Social	265.000,00
7000	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	695.000,00
8000	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	21.148.000,00
9000	Secretaria de Segurança, Trânsito e Transporte	1.738.000,00
10000	Secretaria da Cidade e Meio Ambiente	3.203.000,00
11000	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	48.585.750,00
15000	Secretaria de Saúde	28.848.000,00
16000	Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos	4.458.000,00
18000	MORENOPREV – Fundo Financeiro	9.756.000,00
19000	MORENOPREV – Fundo Previdenciário	2.244.000,00
	<b>TOTAL DA DESPESA POR ÓRGÃOS</b>	<b>140.400.000,00</b>

Art. 7º As categorias econômicas e despesas por grupos estão demonstradas de forma analítica consolidada no Anexo 02, conforme os termos da Lei Federal nº 4.320 de 1964, e no Resumo da Natureza da Despesa:

I - DESPESAS POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

<b>CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
a) DESPESAS CORRENTES	98.887.570,00
b) DESPESAS DE CAPITAL	31.929.430,00
c) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.583.000,00
d) DESPESAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	3.800.000,00
e) DESPESAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	200.000,00
<b>TOTAL DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>140.400.000,00</b>

**CAPÍTULO III**  
**DA AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES**  
**Seção Única**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO**  
Estado de Pernambuco

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o valor correspondente a 30% (trinta por cento) da despesa fixada nos orçamentos, fiscal e da seguridade social, com a finalidade de incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos permitidos no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964 e disposições da Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias para 2015.

Parágrafo único. A reserva de contingência, estabelecida nos termos do art. 5º, inciso III, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, será utilizada como recursos orçamentários para suplementação de dotações destinadas ao atendimento de passivos contingentes, riscos e eventos fiscais, consoante disposições da LDO de 2015, sem onerar o limite autorizado no caput deste artigo.

Art. 9º. O limite autorizado, no art. 8º desta Lei, de acordo com as disposições e limites da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, não será onerado quando o crédito se destinar a:

- I - atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotações pertencentes à Unidade Orçamentária da Câmara Municipal;
- II - atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de saldos de dotações consignadas ao mesmo grupo de despesa;
- III - atender obrigações do sistema previdenciário;
- IV - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida, mediante utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
- V - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho dos Sistemas Municipais de Saúde, de Educação e de Assistência Social, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções;
- VI - atender despesas destinadas à defesa civil e combate aos efeitos de catástrofes, secas e epidemias;
- VII - atender despesas vinculadas a convênios, observada à destinação prevista no instrumento respectivo e respeitadas as disposições do parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 10. As alterações ou inclusões de modalidade de aplicação, bem como as permutas de fontes de recursos, dentro da mesma categoria de programação e categoria econômica de despesa, não constituem créditos adicionais ao Orçamento.

Art. 11. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos, dentro da mesma categoria de programação e categoria econômica de despesa, bem como a inclusão de elementos de despesa não previstos em um mesmo projeto, atividade ou operação especial e



**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO**  
Estado de Pernambuco

que não altere o seu valor total, serão efetuadas através de portaria da(o) Secretária(o) de Planejamento e Gestão.

Parágrafo único. As alterações nos recursos orçamentários efetuadas nos termos do caput deste artigo não constituem créditos adicionais ao orçamento.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**Seção Única**  
**Da Autorização para Realizar Operações de Crédito**

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para a modernização administrativa e tributária, bem como a execução de programas de habitação, saneamento, outros investimentos públicos e aquisição de máquinas, veículos e equipamentos, respeitados os limites da Lei Complementar nº 101, de 2000, de Resoluções do Senado Federal, disposições da legislação pertinente e compatibilidade com programas federais.

Art. 13. Fica, ainda, o Poder Executivo autorizado a contratar Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), nos termos da legislação aplicável.

**CAPÍTULO V**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**  
**Seção Única**  
**Das Disposições Gerais**

Art.14. A utilização de dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos respectivos.

Art.15. Na fixação dos valores das dotações para pessoal estão consideradas projeções para acréscimos de despesas destinadas a atender as disposições do §1º do art. 169 da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2015, inclusive a expansão das despesas com o aumento do salário mínimo em 2015.

Art.16. O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar como unidades gestoras de créditos orçamentários, unidades administrativas subordinadas ao mesmo órgão, com as atribuições de movimentar dotações consignadas às unidades orçamentárias, atendendo às disposições do parágrafo único do art. 14 e às do art. 66 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 17. O Chefe do Poder Executivo, no âmbito deste Poder, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar às despesas à efetiva realização das receitas e para garantir as metas de resultado estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, consoante legislação específica.



**PREFEITURA MUNICIPAL DO MORENO**  
Estado de Pernambuco

Art. 18. O Poder Executivo estabelecerá Programação Financeira, onde fixará as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas a fim de obter o equilíbrio financeiro.

Parágrafo único. O Decreto que estabelecerá a programação financeira por fontes de recursos será publicado em até 30 (trinta) dias da data da publicação desta Lei.

Art. 19. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, contando-se seus efeitos a partir de 1º Janeiro de 2015.

Gabinete do Prefeito, 30 de dezembro de 2014.

**ADILSON GOMES DA SILVA FILHO**  
PREFEITO

Registre-se, Publique-se e  
Cumpra-se em 30/12/14